

OS LIMITES NA CONSTITUIÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA: Uma análise da questão da “verdade” na historiografia contemporânea

Amanda Alvarenga Fernandes¹

Carlos Oiti Berbert Junior²

Palavras-chave: Narrativa Histórica; Verdade; História; Literatura; *History and Theory*

1. Introdução

Ao definirmos “verdade” como o conceito-chave que estruturaria o restante deste projeto, tínhamos consciência de que não se tratava de um conceito qualquer. Se esta palavra já causa intrigas ou divergências de opiniões em discussões casuais, no âmbito das possibilidades da História enquanto ciência ela é ainda mais problemática. Pois, se para a História provar o seu caráter científico é necessário que ela apresente condições *metódicas* de seus estudos, então, supõe-se que seus resultados sejam nada menos do que verdadeiros.

Entretanto, nos novos debates acerca da “retomada narrativista”, realizados pela historiografia contemporânea, parece haver certo consenso ao tratar a História como suficientemente científica não por suas veracidades, mas sim por suas verossimilhanças. Ou seja: já é sabido que à História não cabe a verdade absoluta de nada do que se narra, mas sempre se tenta narrar o que *pode ser* verdade, ou o verossímil.

Pensando assim, entendemos o porquê de existirem “limites na constituição da narrativa histórica” (e isso é o que justifica esta pesquisa...), pois o uso das narrativas – em suas estruturas advindas da Teoria da Literatura – para narrarem a História, gera na comunidade dos historiadores um grande e diferenciado leque de debates. Os historiadores mais tradicionais, os “modernistas” – aqueles que defendem a adoção de um método único para o estudo da História, de leis gerais – não aceitam de bom grado a idéia dos fatos históricos serem mediados e colocados em narrativas que atendem, essencialmente, os interesses e recortes de seus autores. E os “narrativistas”, ou “pós-modernistas”, se apegam ao fato de que a História só pode existir (e sempre existiu!) enquanto tratada dentro de uma narrativa.

¹ Graduanda do Curso de História (Licenciatura) pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Contato: amandalvafer@gmail.com

² Professor Doutor pela UnB. Atualmente é vinculado à Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. É orientador do projeto em questão. Contato: oitijr@terra.com.br

Essas questões também se dão ao fato de ter mudado o que se entende por “leitor”. O leitor das narrativas históricas não é, somente, aquele que sabe (ou já tem uma pré-compreensão) dos fatos que estão sendo narrados. As verossimilhanças históricas puxam para a História, também, os leitores descompromissados com o cientificismo das narrativas. São leitores que querem encontrar (e, de fato, encontram muitas vezes) nas narrativas históricas a “leveza” dos acontecimentos, a *ocasionalidade* dos eventos, a vivacidade da narração. Os leitores destas produções passam a se caracterizar como o seu público-alvo, e isso aproxima ainda mais a História da Literatura. Se a Literatura se utiliza da História para dar às suas ficções as doses cabíveis de realidade, então a História se utiliza da Literatura para colocar em suas realidades as doses cabíveis de ficção. É um acordo mútuo, uma coexistência, uma intersecção constante.

Mas é óbvio que aos historiadores coube logo o papel de apontarem diferenças entre suas narrativas e as narrativas literárias. Porém, já podemos adiantar de antemão que estas diferenças não se posicionam nas maneiras como as narrativas são estruturadas, e sim em suas intencionalidades. Pois se as chamadas “ficções literárias” possuem a intencionalidade de cativarem seus leitores, de promoverem o puro entretenimento, o mesmo não acontece com as narrativas históricas que, desde seus esboços mais primários, possuem a intenção de informarem os fatos históricos (os objetos, os sujeitos, as fontes e documentos que o seu autor pesquisou) aos seus leitores. Em Ernesto Sabato, romancista e ensaísta argentino, vemos:

Há, provavelmente, duas atitudes básicas que dão origem aos dois tipos fundamentais de ficção: ou se escreve de brincadeira, para entretenimento próprio e dos leitores, para passar e fazer passar o tempo, para distrair ou procurar alguns momentos de evasão agradável; ou se escreve para investigar a condição humana, empresa que não serve de passatempo nem é uma brincadeira nem é agradável. (SABATO, 2003: 29)

É certo que cada historiador, enquanto autor de narrativas, estrutura seus enredos seguindo interesses próprios, mas sua maneira de escrever deve seguir certos elementos estéticos e retóricos que garantam ao seu texto o que Jörn Rüsen define como *relevância comunicativa*.

Os historiadores nunca conseguiram se desvincular, completamente, da “verdade”. Embora já consigam aceitar com mais facilidade a afirmativa de que nunca alcançarão a verdade plena dos objetos que estudam (e narram), se apegam aos elementos estéticos e retóricos que parecem configurar em seus escritos toda a veracidade cabível à História enquanto ciência factual. Elementos estéticos como as referências bibliográficas, e demais

referências utilizadas no corpo do texto, são responsáveis por transporem uma realidade histórica sobre a imaginação literária que o leitor pode vislumbrar enquanto realiza sua leitura. Tornam-se, portanto, elementos retóricos, e moldam nestes textos a cientificidade do discurso histórico ao atingirem leitores *descompromissados* e leitores *sabidos*.

Tendo esses vários pontos em vista, percebemos que acompanhar as discussões acerca do conceito de “verdade” na historiografia contemporânea se torna essencial para entendermos o que os historiadores de nosso tempo postulam sobre o que deve ser o ofício do historiador. A revista *History and Theory* tornou-se então a melhor fonte para a pesquisa em questão, visto que se trata de uma coletânea muito relevante frente à comunidade acadêmica, mas não muito “academicista” (ou fechada aos grupos de acadêmicos e intelectuais que a formam, produzem e/ou estudam, necessariamente); seus artigos são dinâmicos e *tratáveis* – até para leitores leigos dos principais temas abordados dentro dos eixos temáticos da revista: Teoria, Metodologia e Filosofia da História.

O recorte temporal utilizado neste trabalho (1987-1996) foi retirado do recorte temporal estabelecido no projeto maior “História e Narrativa: Uma análise da revista *History and Theory* (1976-1996)”³. Essa divisão não foi casual: foi feita, pois, desta maneira, poderíamos abordar a década em questão com maior cuidado.

No restante deste relatório, procuraremos repassar posições sobre os principais argumentos dos debates que vem sendo realizados – principalmente nas últimas quatro décadas, tendo como foco central artigos da revista (fonte primária da investigação sobre o tema) – para só então colocarmos possíveis conclusões e os resultados que pudemos obter ao final desta pesquisa.

2. Discussões sobre o conceito de “verdade” na historiografia contemporânea

Já abordamos anteriormente o quanto o conceito-chave que estruturou este Plano de Trabalho é polêmico, e apontamos alguns dos motivos para isso. Passaremos agora para uma abordagem ampla e objetiva deste conceito em alguns historiadores contemporâneos que se encontram nas bases dos principais debates sobre o assunto.

Antes é importante, entretanto, nivelarmos algumas contextualizações. Pois é evidente que os debates contemporâneos sobre a “verdade” (e não só sobre a verdade, mas também sobre vários outros conceitos estruturadores da Teoria do saber histórico) não tiveram uma

³ O projeto em questão é o projeto maior ao qual este Plano de Trabalho foi subordinado para a Iniciação Científica da CNPq.

retomada casual. Eles foram gerados da chamada “crise dos paradigmas” (e damos este nome, pois os historiadores se viram forçados a repensarem e/ou reformularem diversas de suas concepções que já não cabiam mais para explicar ou legitimar a História), responsável por proporcionar ao conhecimento histórico incontáveis possibilidades para suas abordagem e compreensão.

Podemos resumir as principais divergências em duas posições antagônicas de pensar o caráter científico da História. Uma delas, mais tradicional, é oposta à História narrada, pois defende a posição que o passado possui uma lógica e um sentido próprios e que narrá-lo seria o mesmo que determiná-lo de acordo com as intenções de uma só pessoa. (No caso, de acordo com as intenções do autor do texto.) Sendo assim, o ofício do historiador seria restrito ao manejo e reprodução desses fatos seguindo leis já antes elaboradas e assimiladas. A segunda, chamada de “pós-modernista”, é narrativista em sua essência e defende que a História, bem como seus objetos primários (os homens), só consegue produzir e reproduzir sentido enquanto mediada por uma estrutura narrativa. Aí, caberia ao historiador historicizar os fatos em narrativas, de preferência de uma maneira simples e com divulgação entre todos os agentes humanos.

Hayden White, um dos principais ícones dessas discussões, acredita que as narrativas históricas para cumprirem seus papéis de intermediárias dos fatos (tais como chegam aos historiadores através dos documentos, vestígios ou “rastros”) e seus leitores, devem se distanciar completamente das chamadas narrativas fictícias, ou que possuem ligações com as histórias “míticas”. Somente as narrativas livres dos mitos seriam as narrativas verdadeiras, puras, históricas. Em suas contribuições teóricas também podemos perceber certo apego aos chamados “trópicos do discurso”. Ou seja, mesmo que – quanto ao conteúdo – ele defenda que narrativas históricas devem ser limpas de alegorias ficcionais, em suas formas elas devem ser apresentadas como verdadeiras narrativas literárias (a fim de apresentarem sentidos plenos a seus leitores...).

As hipóteses de Hayden White sobre a História narrada foram continuamente revisadas em artigos publicados, principalmente a partir da década de 1980. Bons exemplos são os artigos de Hans Kellner, “Narrativity in History: Post-Structuralism and since” (1987), e Wulf Kansteiner, “Hayden White’s Critique of the Writing History” (1993). Neles, há a concordância de White tratar a relevância da produção narrativa da História somente quando afastada dos mitos (e, aqui, entendem-se mitos como o que é falso). Para White, as narrativas históricas são produções/criações dos historiadores, porém com elementos estéticos e retóricos suficientes para distingui-las das ficções literárias e míticas.

Os críticos de White tendem a debater, inclusive, este seu apego aos “trópicos do discurso”, da linguagem, alegando que ao historiador cabe também o papel de promover em suas narrativas uma “fair representation, ou um sistema de representações que puxem no leitor seus horizontes de pré-compreensão que os tragam mais para perto do objeto ou do sujeito central que o historiador quer tratar. Reduzir as narrativas históricas aos seus elementos estéticos, além disso, seria o mesmo que reduzir a capacidade crítica e interpretativa dos historiadores, que se apegariam somente à maneira de apresentar seus escritos, e não mais de os validarem através de novos resultados de pesquisas. No seu artigo “The truth of historical narratives” (1987), C. Behan McCullagh analisa um conceito de “fair representation” e diz:

The further condition, I suggest, is that the narrative as a whole must give a fair representation of the subject. Narratives which produce a distorted impression of their subject do not represent it fairly, and falsify it in that sense. (MCCULLAGH, 1987: 34)

Para este autor, portanto, somente as narrativas que apresentem um sistema de representações digno, do passado que narram, são as narrativas plenas de sentido, verdadeiras por assim dizer. Neste ponto, Frank Ankersmit, em seus artigos “Historical Representation” (1988) e “Historiography and Postmodernist” (1989), coloca a questão da representação como central ao debate da constituição das narrativas históricas. Para Ankersmit, o passado não tem um significado próprio até que um historiador se interesse por ele e produza o seu sentido narrativamente. O historiador trabalha como um artista: ele representa o passado como um pintor representa uma paisagem (metáfora do autor em questão). Ou seja, as representações do passado feitas pelos historiadores pós-modernistas são tão, ou mais, importantes que o passado em si. Podemos ver isso mais claramente no trecho a seguir:

[...] The modernist historian follows a line of reasoning from his sources and evidence to an historical reality hidden behind the sources. On the other hand, in the post modernist view, evidence does not point towards the past but to others interpretations of the past; for that is what we in fact use evidence for. (ANKERSMIT, 1989: 145-146)

Paul Ricoeur e Jörn Rüsen, outros dois importantes autores nos debates contemporâneos, no que tange demonstrarem o caráter da “verdade” na especificidade do conhecimento histórico, aproximam suas teorias. Essa aproximação se dá, principalmente, ao fato de ambos tratarem bem próximos os conceitos de “tempo” e “narrativa”, e verbalizarem que a narrativa histórica, mais do que se preocupar em narrar os fatos (almejando e, constantemente, autenticando suas veracidades), também é produtora de identidade, ao

fornecer referências de orientação para o sujeito que está – invariavelmente – inserido em determinado contexto.

Jörn Rüsen publicou “Historical Narration: Foundation, types, reason”, e sua finalidade foi tentar tirar das narrativas históricas estes pesados pré-conceitos e preconceitos. Ao definir o que vê como narrativa histórica, ele não se preocupa em defendê-la dos “abusos” da ficção ou da obrigatoriedade de ser verdadeira, detentora de um método único, prático e praticável. Para Rüsen, as narrativas históricas são os sistemas de operações mentais que definem o campo da consciência histórica. Ou seja, são as maneiras naturais encontradas pelos homens de se localizarem e equilibrarem suas experiências com suas intenções no tempo. Portanto, para Rüsen, a cientificidade do discurso histórico não é provada nas discussões das estruturas das narrativas, pois a História se prova científica o tempo todo, de infinitas maneiras. “História”, em Rüsen, é o resultado de uma narrativa feita pelo homem com a intenção de se orientar no tempo e de resguardar memórias. E ele defende Hayden White quando este diz que a História é poética, pois “poética” deve ser entendida no seu sentido original de poesia, e significa nada mais do que fazer ou produzir algo.

From this small but profound dialogue we can learn what historical narration is: it is a system of mental operations defining the Field of historical consciousness. Here time is seen as a threat to normal human relations, casting them into the abyss of uncertainty. The most radical experience of time is death. History is a response to this challenge: it is an interpretation of the threatening experience of time. It overcomes uncertainty by seeing a meaningful pattern in the course of time, a pattern responding to human hopes and intentions. This pattern gives a sense to history. Narration therefore is the process of making sense of the experience of time. (RÜSEN, 1987: 88)

Abrindo um pouco mais o debate sobre o uso das narrativas nas explicações históricas (ou, em outras palavras, não querendo se comprometer em escolher um dos dois lados do debate), Paul A. Roth em seu artigo “Narrativity Explanations: The case of History” (1988) afirma que o uso das narrativas para explicar é inquestionável; o que é objeto para as disputas filosóficas é se este hábito deve ser tolerado ou condenado. Partindo deste pressuposto, ele realça que existem duas objeções quanto à apropriação das narrativas feita pela História. A primeira seria uma objeção “metodológica”, e os argumentos que a sustentam se resumem na crítica às estruturas narrativas – que seriam muito distantes das formas da explicação científica. A segunda, “metafísica”, situa sua crítica na ênfase que as narrativas históricas se aproximam, perigosamente, das escritas de ficção.

Both of these objections, I argue, are ill-founded. The reasons in each case are quite different. The methodological objection and the dispute regarding the status of historical explanation can be disposed of by undercutting the view of knowledge which motivates it. The metaphysical objection is more subtle and stubborn. It is with this objection that I am primarily concerned. What is metaphysical about the objection is that it assumes a correspondence theory of historical knowledge. This assumption, I argue, is incoherent.

A consequence of rejecting this correspondence view is that it no longer makes sense to speak of historical narratives as true or false. At first blush, this sounds troubling. I suggest why, properly understood, it is not. Concluding considerations related to the suggested logic of narrative explanation are meant to illuminate why the failure of narrative form as such to be true or false engenders no special problem for assessing the objectivity or explanatory utility of narratives *qua* explanations. (ROTH, 1988: 2)

Roth, portanto, diz que ambas as objeções são infundadas em seus argumentos centrais. A objeção metodológica viria abaixo ao pensarmos o status de conhecimento que a motiva (o conhecimento palpado em leis gerais, determinadas e determinantes do conhecimento histórico); e a objeção metafísica, apesar de ser mais “obstinada”, se apega à correspondência que traz o conhecimento histórico ao enraizamento de ficcionalidades intencionais. As duas objeções possuem o mesmo caráter: em suas próprias maneiras de discussão, exigem somente a legitimação da hipótese da História como uma ciência não-ficcional. Por isso Roth conclui que ao rejeitá-las, perde-se o sentido de tentar entender se as narrativas históricas são verdadeiras ou falsas. “Yet, without some sense of what the logical form is, determination of truth conditions – however those are to be spelled out – and of implication remain obscure.” (ROTH, 1988: 4)

O que todos os autores e artigos tentam mostrar, sendo assim, é que a idéia de História, em todos os seus sentidos e resguardos, mudou. A História, e o conhecimento histórico, não mais se restringem ao que é *seguro* afirmar sobre o passado (ou o que é palpável ao estudo, empírico: as fontes, os documentos, os testemunhos, etc.); podemos encontrar História também em todos os aspectos práticos e em (trans) formação na vida humana. Para isso, surge uma preocupação nova com os conceitos de representação e

imaginário⁴, pois o trabalho do historiador alcança também o “não-visto” e o “não-vivido”, cabendo ao historiador, ao narrar, imaginar e representar o passado.

It is clear that not all histories are narratives, that they do not all offer a representation of events taking place in time. But it should be equally clear that virtually all histories are founded on a narrativity that guarantees that what they represent will “contain” meaning. (KELLNER, 1987: 29)

Mudou-se também o que os historiadores entendem por “verdade” e “realidade”. A verdade não é mais, somente, o real. E o real, por assim dizer, nem mesmo é *certo*. Pois se os historiadores já podem vislumbrar no passado o que é *não-vivido* e *não-visto*, então eles escrevem representações do real que não são, por isso, falsas. São veracidades, são verossimilhanças.

Cada autor tem para si uma concepção de verdade própria e, por isso, torna-se impossível chegar a conclusões palpáveis sobre este conceito. É o conceito que movimenta a História, e a escrita da História. Se em suas narrativas os historiadores estão sempre buscando a verdade do que escrevem, mas nunca vão conseguir alcançá-la plenamente, a verdade é o que traz ao historiador o seu verdadeiro desafio ao praticar seu ofício.

3. Conclusão

Ao percebermos que são muitas as variações nos conceitos de verdade dentro dos debates promovidos pela historiografia contemporânea, ficou evidente que nunca alcançaríamos uma conclusão única sobre o significado, e a significância, deste conceito dentro do conhecimento histórico.

Porém nosso esforço não foi em vão. Conseguimos, neste ano de pesquisa, abranger nossas capacidades sobre o que os historiadores de nosso tempo estão buscando ao trabalharem. Mas não é uma pesquisa que está encerrada. Muito pelo contrário! Os debates se mostram contínuos, e cada vez mais acalorados, e é muito importante acompanhá-los para entendermos o porquê de sermos historiadores, e o porquê de a História (bem como a sua escrita), se caracterizar como uma ciência indispensável à vida do homem.

⁴ Sobre este conceito, buscamos em Sandra Jatahy Pesavento, em seu artigo “História e Literatura: uma *velha-nova* história”, uma definição: “É elemento organizador do mundo que dá coerência, legitimidade e identidade. É sistema de identificação, classificação e valorização do real pautando condutas e inspirando ações.” (2006: 12)

4. Referências Bibliográficas

ANKERSMIT, F.R. *Historical Representation*. In: History and Theory: Studies in the Philosophy of History, XXVII – N 3. Middletown: Wesleyan University, 1988. P. 205 – 228.

_____. *Historiography and Postmodernist*. In: History and Theory: Studies in the Philosophy of History, XXVIII – N 2. Middletown: Wesleyan University, 1989. 137 – 153.

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CEBIK, L.B. *Understanding Narrative Theory*. In: History and Theory: Studies in the Philosophy of History, Beiheft 25: “Knowing and Telling History: the Anglo-Saxon Debate”. Middletown: Wesleyan University, 1989. 58 – 81.

HANDLIN, Oscar. *A Verdade na História*. São Paulo: Martins Fontes, Brasília: Editora da UnB, 1982.

HARRÉ, Rom. e BROCKMEIER, Jens. *Narrativa: Problemas e Promessas de um paradigma alternativo*. In.: Psicologia: Reflexão e Crítica. Revista do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da UFRG, Porto Alegre, 2003, p. 525 – 535.

KANSTEINER, Wulf. *Hayden White’s Critique of the Writhing of History*. In: History and Theory: Studies in the Philosophy of History, XXXII – N 3. Middletown: Wesleyan University, 1993. P. 273 – 295.

KELLNER, Hans. *Narrativity in History: Post-Structuralism and Since*. In: History and Theory: Studies in the Philosophy of History, Beiheft 26: “The Representation of Historical Events”. Middletown: Wesleyan University, 1987. 1 – 29.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MCCULLAGH, Behan. *The Truth of Historical Narratives*. In: History and Theory: Studies in the Philosophy of History, Beiheft 26: “The Representation of Historical Events”. Middletown: Wesleyan University, 1987. 30 – 46.

NORMAN, Andrew P. *Telling it Like it Was: Historical Narratives on their own Terms*. In: History and Theory: Studies in the Philosophy of History, XXX – N 2. Middletown: Wesleyan University, 1991. P. 119 – 135.

OJA, Matt F. *Fictional History and Historical Fiction: Solzhenitsyn and Kis as Exemplars*. In: History and Theory: Studies in the Philosophy of History, XXVII – N 2. Middletown: Wesleyan University, 1988. P. 111 – 124.

PASSMORE, John. *Narratives and Events*. In: History and Theory: Studies in the Philosophy of History, Beiheft 26: “The Representation of Historical Events”. Middletown: Wesleyan University, 1987. 68 – 74.

PESAVENTO, S. J. *História e Literatura: uma velha-nova história*. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO Maria Clara Tomaz (orgs.). *História e Literatura: Identidades e Fronteiras*. Uberlândia: Ed. UFU, 2006.

REISCH, George A. *Chaos, History, and Narrative*. In: *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, XXX – N 1. Middletown: Wesleyan University, 1991. P. 1 – 20.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa. Tomos I, II e III*. Campinas, SP: Papirus, 1994; 1995; 1997.

ROTH, Paul A. *Narrative Explanations: the Case of History*. In: *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, XXVII – N 1. Middletown: Wesleyan University, 1988. P. 1 – 13.

RÜSEN, Jörn. *Historical Narration: Foundation, Types, Reason*. In: *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, Beiheft 26: “The Representation of Historical Events”. Middletown: Wesleyan University, 1987. 87 – 97.

_____. *História Viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

_____. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

_____. *Reconstrução do Passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SABATO, Ernesto. *O escritor e seus fantasmas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STROUT, Cushing. *Border Crossings: History, Fiction, and Dead Certainties*. In: *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, XXXI – N 2. Middletown: Wesleyan University, 1992. P. 153 – 162.

TOPOLSKI, Jerzy. *Historical Narrative: Towards a Coherent Structure*. In: *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, Beiheft 26: “The Representation of Historical Events”. Middletown: Wesleyan University, 1987. 74 – 86.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília, Editora da UnB, 3ª edição, 1995.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso – Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.